



CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO
CPMI DA PETROBRAS

REQUERIMENTO Nº _____ de 2014

()

CPMI-PETRO

**Requerimento
Nº 583/14**

Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja REQUISITADA cópia de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, do(s) contratos de fretamento de navios ao(à) Petrobras, entre 2004 e 2012.

Senhor(a) Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (art. 58 da CF/88), legais (art. 2º da Lei 1.579/52) e regimentais (art. 148 do Regimento Interno do SF), requero seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o pedido ora formulado de **REQUISICÃO** de cópia de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, do(s) **contratos de fretamento de navios ao(à) Petrobras, entre 2004 e 2012.**

JUSTIFICATIVA

A Polícia Federal (PF) calcula que o grupo supostamente chefiado pelo ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, preso na Operação Lava-Jato, desviou cerca de R\$ 300 milhões em negócios da estatal, entre 2004 e 2012. A PF chegou a esse número

Keny Cristina R. Martins
Analista Legislativo
Mat. 221.664

02/06/2014

15645



a partir de documentos apreendidos em poder de Costa e do doleiro Alberto Youssef, também um dos alvos centrais da Lava-Jato.

Os investigadores suspeitam ainda que o grupo do ex-diretor tenha se apropriado de boa parte da “address commission”, desconto de 1,25% que armadores tradicionalmente concedem em contratos de fretamento de navio.

A Petrobras recorre sistematicamente ao fretamento de navios para o transporte de combustível. O negócio movimentaria, só em “address commission”, aproximadamente US\$ 30 milhões por ano (cerca de R\$ 66 milhões). Pela lei, a comissão deveria retornar aos cofres da Petrobras a partir do pagamento dos fretes dos navios.

A PF começou a suspeitar dos desvios dos descontos especiais tendo por base uma das planilhas apreendidas em poder do ex-diretor da Petrobras. Os dados nessa lista corresponderiam ao valor da comissão. A polícia descobriu a coincidência desses números com a ajuda de um técnico da Petrobras.

“As comissões chamadas ‘address commission’, que deveriam ser retornadas aos afretadores, ficam com os ‘brokers’, que, acredita-se, são repassadas para os patrocinadores do esquema de corrupção”, alerta um ex-executivo da Petrobras em relato por escrito entregue aos delegados da Lava-Jato. “Brokers” são os corretores que fazem a intermediação dos fretes.

O aluguel tem custo diário de aproximadamente US\$ 40 mil (cerca de R\$ 88 mil), segundo estimativas do ex-executivo. A área



de fretes seria uma das mais cobiçadas por políticos interessados em indicar dirigentes para a estatal.

A PF descobriu ainda indícios de que boa parte do dinheiro arrecadado com o desconto não repassado à Petrobras teria sido depositada na conta de uma corretora, com sede no bairro do Cosme Velho, no Rio de Janeiro.

Após uma visita ao escritório da empresa, policiais concluíram que a corretora só existe no papel. A Polícia Federal deverá pedir à Justiça Federal a quebra do sigilo bancário para identificar os destinatários finais da movimentação financeira da corretora.

— Esse fato (sobre a corretora) chegou ao nosso conhecimento, mais do que isso não posso dizer — disse um dos procuradores da força-tarefa criada pelo procurador-geral, Rodrigo Janot, para reforçar a Lava-Jato.

Recentemente, outro caso, agora envolvendo a gigante dinamarquesa Maersk, dona de uma frota com mais de 600 navios e faturamento anual de US\$ 27 bilhões, surgiu. É a maior empresa de transporte de petróleo do mundo. A Maersk atende a Petrobras há muito tempo. Recentemente, fechou um contrato de US\$ 300 milhões para fornecer quatro navios. Outros 12 navios servem à Petrobras atualmente.

De acordo com os documentos apreendidos pela Polícia Federal, a Maersk pagou ao menos R\$ 6,2 milhões de “comissão”, entre 2006 e 2010, para alugar navios à Petrobras.



A área era então comandada por Paulo Roberto. O valor da comissão equivale a 1,25% de cada carga da Petrobras transportada nos navios da Maersk. De cada pagamento feito pela Petrobras à Maersk, segundo a PF, 1,25% era devolvido a Paulo Roberto na forma de propina.

Para receber a comissão, Paulo Roberto fechou, em 2006, um contrato secreto com a Maersk. Como fazia em outros negócios, colocou na transação um parceiro: Wanderley Gandra.

Não era apenas um parceiro de negócios. Gandra jogava buraco em mesas organizadas por Paulo Roberto. Eram amigos.

Pelo contrato, uma empresa ligada à Maersk se comprometia a pagar a comissão de 1,25% a Gandra, por carga transportada no navio DS Performer. Outros 1,25% deveriam ser pagos à Maersk do Brasil, subsidiária da empresa dinamarquesa. Nos anos seguintes, contratos semelhantes foram fechados.

O dinheiro da comissão, segundo os documentos, era transferido da Dinamarca para uma conta no Brasil de uma empresa de Gandra. Houve pagamentos no afretamento de, ao menos, 11 navios da Maersk.

Na contabilidade prestada por Gandra a Paulo Roberto, todos os valores eram sacados “como lucro”. “Importante frisar que 100% das receitas (da empresa de Gandra) tiveram origem na cobrança de comissões de 1,25% sobre afretamento de navios, indicando que a



Gandra Brokerage [Intermediação de Negócios EPP] foi criada somente para receber essas comissões”, diz o relatório da PF.

Gandra, um ex-piloto de helicóptero que prestava serviços à Petrobras, afirma que a intermediação de contratos da Petrobras com a Maersk é uma “coisa perfeita, absolutamente normal”. “O que tem de errado? A empresa paga todos os impostos”.

Ele disse ter sido o responsável por trazer a Maersk para o Brasil. “Expliquei que o Brasil tinha potencial muito grande”.

Sobre as planilhas apreendidas com Paulo Roberto, Gandra diz: “Não sei, não sei. Não entreguei nada a ele. Nunca repassei dinheiro a ele. Perguntei a ele (Paulo Roberto) como poderia participar de concorrências de fretamento da Petrobras. Mas não como informação privilegiada, só como orientação”.

E como os documentos do negócio foram parar no pen drive de Paulo Roberto? “Acho que mandei por engano para ele. Nós jogamos buraco, e a gente manda a tabela... quem ganhou, quem perdeu. Devo ter mandado o e-mail errado para ele, no lugar da tabela”.

Segue comprovante constante do material apreendido pela Polícia Federal:



CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO
CPMI DA PETROBRAS

Ante o exposto, entende-se necessária a requisição dos contratos de fretamento de navios ao(à) Petrobras, entre 2004 e 2012.

Sala das Sessões, em ___ de _____ de 2014.


Iracema



